

FACULDADE DE DIREITO DA UNIVERSIDADE DE LISBOA
CURSO DE MESTRADO EM DIREITO E PRÁTICA JURÍDICA
JUSTIÇA INTERNACIONAL

2024/2025

Época de recurso

17/02/2025

19h00

Prof.^a Doutora Ana Soares Pinto

I

Responda, fundamentadamente, às seguintes questões, identificando sempre as bases jurídicas pertinentes (3,5 valores cada):

1)

Princípio da resolução pacífica de litígios;

Natureza da fonte de direito internacional constitutiva;

Magistratura internacional: independência, mandato, admissibilidade de renovação do mandato; admissibilidade de designação de juízes *ad hoc*;

Admissibilidade de constituição de câmaras para a decisão de diferendos;

Competência para decretar providências cautelares;

Admissibilidade de decisões *ex aequo et bono*;

Princípio do caráter relativo da sentença: sentenças obrigatórias para as partes;

Definitividade das sentenças;

Fundamentação e identificação das bases jurídicas;

[...]

2)

Competência *ratione materiae*;

Competência *ratione personae*; responsabilidade criminal individual e responsabilidade dos chefes militares e outros superiores hierárquicos;

Competência *ratione locci*, em especial o reenvio pelo CS;

Princípio da complementaridade;

Princípio da cooperação; consequências da recusa de pedido de cooperação;

Fundamentação e identificação das bases jurídicas;

Análise crítica.

3)

Caracterização do Tribunal;

Obrigatória, sem prejuízo dos Protocolos 21 e 22;

Interpretação e aplicação do Direito da União Europeia; o caso da Política Externa e Segurança Comum; as especificidades em matéria de cooperação policial e judiciária em matéria penal;

Apreciação da validade do Direito da União Europeia não originário;

Fundamentação e identificação das bases jurídicas.

II

Desenvolva, fundamentadamente, o seguinte tema, discutindo, pelo menos, quatro sistemas de justiça internacional (9 valores).

Conceito;

Princípio da resolução pacífica de controvérsias;

TPI: jurisdição complementar; questões relativas à admissibilidade;

TIDM: prévia exaustão dos meios de recurso internos; jurisdição compulsória residual;

Corte IDH: prévia exaustão dos meios de recurso internos; prévia conclusão da apreciação pela Comissão;

TJUE: princípio da subsidiariedade nos Tratados institutivos e na CDFUE;

TEDH: princípio da subsidiariedade; margem de livre apreciação; prévia exaustão dos meios de recurso internos;

Fundamentação e identificação das bases jurídicas;

[...]

Redação e sistematização – 0,5 valor

Duração: 120 minutos.